

● REVISTA

INOVA Ciência & Tecnologia

● EDUCAÇÃO

LOURENÇO FILHO: PIONEIRISMO E LEGADO NA PSICOLOGIA E EDUCAÇÃO BRASILEIRAS

Raquel Beraldo Moreno de Toledo¹ , Geraldo Gonçalves de Lima² 

¹ Universidade Federal do Triângulo Mineiro

² Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro

RESUMO: Este artigo apresenta a trajetória de Lourenço Filho, destacando sua relevância para a educação e a psicologia no Brasil. Inicia com uma linha do tempo detalhada, que traça os principais marcos de sua formação acadêmica e profissional, oferecendo um panorama abrangente de sua atuação tanto como docente quanto como gestor. Ao longo do texto, são elencados momentos-chave de sua carreira e pontuadas algumas de suas contribuições mais significativas, refletidas em suas obras e produções intelectuais, que compõem uma biografia vasta e diversificada. Em seguida, aborda sua atuação no Estado Novo e sua relação com o contexto político da época, considerando os desafios e as tensões vivenciados no ambiente político e institucional em que esteve inserido. Por fim, o artigo explora a contribuição de Lourenço Filho no campo da psicologia experimental, destacando sua produção inovadora com os Testes ABC, que representaram um marco para a educação brasileira. Lourenço Filho foi pioneiro na aplicação de princípios psicológicos à pedagogia, desenvolvendo métodos e instrumentos que buscavam adaptar o ensino às necessidades individuais dos estudantes. Seu trabalho uniu práticas científicas à pedagogia, enfatizando a importância da maturidade e das aptidões específicas das crianças para a aprendizagem da leitura e da escrita. Essa abordagem não apenas transformou o processo educacional, mas também ampliou os horizontes da psicologia aplicada, consolidando sua relevância no cenário educacional e social da época.

Palavras-chave: escolanovistas; psicologia aplicada; Testes ABC.

LOURENÇO FILHO: PIONEERING AND LEGACY IN BRAZILIAN PSYCHOLOGY AND EDUCATION

ABSTRACT: This article presents Lourenço Filho's trajectory, highlighting his relevance to education and psychology in Brazil. It begins with a detailed timeline, which outlines the main milestones of his academic and professional training, offering a comprehensive overview of his work both as a teacher and as a manager. Throughout the text, key moments in his career are listed and some of his most significant contributions are highlighted, reflected in his works and intellectual productions, which make up a vast and diverse biography. It then addresses his role in the Estado Novo and his relationship with the political context of the time, considering the challenges and tensions experienced in the political and institutional environment in which he was inserted. Finally, the article explores Lourenço Filho's contribution to experimental psychology field, highlighting his innovative production with the ABC Tests, which represented a milestone for Brazilian education. Lourenço Filho was a pioneer in the application of psychological principles to pedagogy, developing methods and instruments that sought to adapt teaching to the individual needs of students. His work combined scientific practices with pedagogy, emphasizing the importance of children's maturity and specific skills in learning to read and write. This approach not only transformed the educational process, but also expanded the horizons of applied psychology, consolidating its relevance in the educational and social scenario of the time.

Keywords: ABC Tests; applied psychology; new school movement.

* Autor correspondente:

geraldolima@iftm.edu.br

Recebido: 19/02/2025.

Aprovado: 16/05/2025.

Como citar: Beraldo M. de T., R.; Gonçalves de L., G. Lourenço filho: Pioneirismo e legado na psicologia e educação brasileiras. Revista Inova Ciência & Tecnologia / Innovative Science & Technology Journal, v. 11, 2025. Recuperado de <https://periodicos.iftm.edu.br/index.php/inova/article/view/1426>

Editores:

Dra. Vanessa Cristina Caron 
Dr.

Copyright: este é um artigo de acesso aberto distribuído sob os termos da Licença de atribuição Creative Commons, que permite uso irrestrito, distribuição, e reprodução em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.



INTRODUÇÃO

No cenário educacional brasileiro do século XX, Manoel Bergström Lourenço Filho, ocupa um lugar de destaque, tendo desempenhado um papel fundamental na construção de políticas públicas e práticas pedagógicas que moldaram a educação no país e marcaram uma mudança de paradigma na forma de se pensar o ensino no país.

Concebia a educação como um campo que deveria integrar os princípios da psicologia para adaptar o ensino às necessidades individuais dos alunos. Nesse sentido, foi pioneiro na introdução e difusão da psicologia no campo educacional, instituindo o ensino de Psicologia em cursos de formação docente e elaborando instrumentos de avaliação psicológica, defendendo a importância da maturidade e de aptidões específicas das crianças para o aprendizado da leitura e da escrita.

Valorizava o ensino como ferramenta de transformação social e se empenhou para articular a presença do trabalho no ensino técnico-profissional.

Ao lado de outros expoentes intelectuais, defendeu reformas estruturais e pedagógicas para modernizar a educação brasileira, a exemplo da substituição do modelo conteudista por uma nova abordagem focada no desenvolvimento integral do aluno, na formação do senso crítico, na autonomia e na aprendizagem significativa em lugar da simples memorização. Acreditava e defendia que a escola deveria ser pública, gratuita, laica, obrigatória.

Sua atuação profissional abarcou diferentes esferas: a docência, a pesquisa, especialmente na área da psicologia aplicada e uma intensa produção intelectual e acadêmica compreendendo a publicação de livros, artigos, monografias, guias didáticos, cartilhas, tradução de obras, colaboração e verbetes em dicionários e enciclopédias, além de prefaciador. Nas posições administrativas de gestão, formulou projetos educacionais, organizou e reformou sistemas de ensino.

TRAJETÓRIA

Lourenço Filho nasceu em 10 de março de 1897, em Porto Ferreira, interior de São Paulo e sua inclinação para a educação pode ter sido, em certa medida, forjada no ambiente familiar que valorizava a cultura e a arte em suas mais diversas expressões. Seu pai, além de ser um dos batalhadores para a construção e funcionamento do primeiro Grupo Escolar da cidade enquanto vereador, também era proprietário de um cinema, de uma tipografia onde publicava o jornal semanal “A Folha” e de um “Atelier Fotográfico” que vendia materiais para fotografia e livros, conferindo a Lourenço Filho, livre acesso às obras literárias disponíveis na loja (Porto Portal, 2011).

Inserido nesse universo, vivenciou diversas experiências nos negócios familiares: já aos oito anos de idade, inspirado na experiência paterna, produzia sozinho um jornal semanal denominado “O Pião”. Mais tarde, teve a oportunidade de redigir sinopses dos filmes em cartaz

no cinema e de colaborar no jornal semanal da cidade, ambos de propriedade da família (Miceli, 1979).

Iniciou o ginásio em Campinas, em 1910, contudo, ao final do ano, precisou retornar à sua cidade natal diante das limitações financeiras da família, que não dispunha dos recursos necessários para mantê-lo em outra cidade.

Na Primeira República, as escolas normais se tornaram uma das vias de ascensão e possibilidade de mudança de status social. Assim, ele se matriculou, em 1912, na Escola Normal Primária de Pirassununga, conforme relatam Monarcha e Lourenço Filho (2001). A princípio, viajava diariamente de trem para estudar, mas no último ano do curso, em 1914, se mudou para a cidade vizinha. Desta vez, conseguiu custear suas despesas criando um curso preparatório para os exames de admissão da escola.

Iniciou sua carreira como professor substituto-efetivo em Porto Ferreira, em 1915, quando também começou a se dedicar a atividades literárias, jornalísticas e à escrita de textos de natureza social e pedagógica. Buscando ampliar suas possibilidades na carreira do magistério, no ano seguinte, matriculou-se na Escola Normal da Praça da República em São Paulo, escola-modelo, referência em educação no estado e no país, recebendo seu novo diploma em 1917 (Morais; Stamatto; Oliveira, 2021). Assim, sua trajetória reflete a busca por uma formação mais robusta, alinhada ao seu desejo de contribuir para a melhoria da educação no país e às propostas de inovações pedagógicas que estavam em pauta naquele período.

Lá, foi aluno de Antônio de Sampaio Dória, cuja postura liberal influenciou sua visão educacional e o direcionou a questionar as práticas pedagógicas tradicionais, sendo catalisadoras das propostas de inovação que, mais tarde, trouxe à educação no Brasil, conforme destacam Monarcha e Lourenço Filho (2001).

Ainda, de acordo com os autores, iniciou o curso de medicina em 1918, vislumbrando atuar na área de psiquiatria, mas interrompeu os estudos após dois anos.

Entre 1918 e 1919, foi redator do “Jornal do Comércio” (edição de São Paulo), da “Revista do Brasil”, então dirigida por Monteiro Lobato de quem foi secretário e de “O Estado de São Paulo”, onde convivia com Júlio Mesquita e Júlio Mesquita Filho (Monarcha; Lourenço Filho, 2001).

Foi designado professor substituto de Pedagogia e Educação Cívica na Escola Normal Primária, de São Paulo, em 1920. Sganderla e Carvalho (2008) relatam que, no ano seguinte, assumiu a docência das disciplinas de Psicologia e Pedagogia na Escola Normal de Piracicaba e lecionava em um colégio particular mantido por uma fundação norte-americana, onde teve contato com livros de psicologia educacional procedentes dos Estados Unidos.

Integrante do grupo de educadores de maior destaque na educação brasileira, tornou-se uma figura central no cenário educacional do país, por suas contri-

buições à pedagogia e à psicologia educacional, sendo um dos pioneiros a trabalhar com testes psicológicos aplicados ao contexto escolar, segundo Moraes, Stamatto e Oliveira (2021). Suas primeiras experiências no campo da psicologia aplicada à educação resultaram na publicação do artigo intitulado “Estudo da atenção escolar”, em 1921, na “Revista de Educação da Escola Normal de Piracicaba”. No ano seguinte, publica o trabalho “Prática Pedagógica” na mesma revista, fundada por ele.

Cabe mencionar que, entre os anos de 1910 e 1930, o sistema educacional paulista tornou-se uma referência para outros estados brasileiros. Emerge então, um movimento conhecido como ‘missões de professores’ em que docentes de São Paulo atuavam em outras unidades federativas, compartilhando suas experiências e conhecimentos. Assim, em 1922, Lourenço Filho parte para o Ceará, assumindo as cadeiras de Psicologia e Pedagogia e Didática na Escola Normal Pedro II em Fortaleza (Monarcha, 2010).

Três meses após desembarcar em Fortaleza, conforme apontam Sganderla e Carvalho (2008), opositoristas ao então governo do estado começam a cobrar mudanças mais amplas na educação. Com a missão de idealizar e conduzir uma reforma no ensino cearense, Lourenço Filho é nomeado Diretor de Instrução Pública. Empreende na Escola Normal Pedro II o núcleo de toda a reforma, onde mantinha em andamento pesquisas sobre psicologia experimental para o estudo biológico e psicológico dos estudantes.

Para aplicabilidade das pesquisas, criou uma Escola-Modelo, anexa à Escola Normal, onde foram introduzidas novas práticas escolares que irradiaram para os demais grupos escolares da capital e do interior, “como os clarões de uma nova era” (Monarcha, 2010, p. 39).

Dentre essas práticas, incluíam-se a leitura analítica, o cálculo concreto, ensino simultâneo da leitura e da escrita, o desenho do natural, a cartografia, ginástica sueca e outras.

Elaborou um Regulamento para a Instrução Pública com a finalidade de consolidar as diretrizes da reforma. No documento, já se evidenciam princípios das novas tendências educacionais que buscavam romper com a educação conteudista e enfatizavam a necessidade do desenvolvimento do pensamento crítico e da autonomia dos estudantes:

Parágrafo 1º – Na cultura intelectual deve ser dada toda a preferência aos processos objetivos e práticos de ensino, procurando-se desenvolver o espírito de observação, verificação e de crítica dos fatos; educando a inteligência, não como mero armazenamento de noções, mas ensinando o aluno a aprender por si mesmo; fazê-lo observar, experimentar e executar; pô-lo em contato direto com as realidades, evitando a confusão entre “saber” e “dizer”. (Ceará (Estado), 1923 *apud* Lourenço Filho, 2010, p. 40).

Em 1924, reassumiu sua cadeira na Escola Normal de Piracicaba, passando, daí, à Escola Normal da Praça da República, em São Paulo, onde lecionou Psicologia e Pedagogia, entre 1925 e 1930 (Saviani, 2019).

No ano de 1926, reabriu o Laboratório de Psicologia da Escola Normal da Praça, traduziu as obras “Psicologia Experimental”, de Henri Piéron e “A Escola e a Psicologia Experimental”, de Edouard Claparède, atuou no magistério particular, organizou a primeira coleção de textos de divulgação pedagógica criada no país e publicou a obra “Juazeiro do Padre Cícero”, premiada pela Academia Brasileira de Letras. O livro trata do fanatismo religioso no Nordeste e foi baseado na mentalidade e condição de vida dos sertanejos, observados por ele enquanto percorria os sertões para instalar escolas no Ceará (Sganderla; Carvalho, 2008).

O ano de 1927 marca sua participação na fundação do Liceu Nacional Rio Branco e da Sociedade de Educação, ambos em São Paulo, conforme revelam Monarcha e Lourenço Filho (2001). Teve seu trabalho “A uniformização do ensino primário, nas suas ideias capitais, mantida a liberdade dos programas” adotado pela Associação Brasileira de Educação e publicou “A Escola Nova”, opúsculo com levantamento de reflexões e propostas sobre a educação no estado, promovido pelo jornal “O Estado de São Paulo”.

Monarcha e Lourenço Filho (2001) destacam que sua “Cartilha do Povo”, publicada em 1928, com quarenta lições, visando ampliar a educação popular de crianças e adultos, alcançou a impressionante marca de 2.200 edições e 25 milhões de exemplares ao longo de 60 anos.

Nesse mesmo ano, traduziu as obras “Testes para medida da inteligência”, de Binet e Simon e “Tecnopsicologia do trabalho industrial”, de Léon Walther (Monarcha, 2001).

Eleito membro da Academia Paulista de Letras em 1929, graduou-se bacharel em Direito no mesmo ano, após ter interrompido os estudos por um longo período em razão de suas nomeações no Ceará e em Piracicaba, conforme mencionado por Monarcha e Lourenço Filho (2001).

Ainda em 1929, promoveu um curso na Escola Normal da Praça da República intitulado “O estudo da Escola Nova”. Consequente resultado deste curso, surge em 1930, em forma de cinco lições, o livro “Introdução ao estudo da Escola Nova”, o primeiro dedicado à divulgação do ideário renovador no Brasil, segundo Saviani (2019). O livro teve 13 edições sucessivas publicadas até 1979 e uma 14ª edição reeditada, publicada em 2002, após um lapso temporal.

Nomeado diretor-geral da Instrução Pública do Estado de São Paulo, em 1930, mudou sua denominação para Diretoria Geral do Ensino. À frente do órgão, permanecendo até novembro de 1931, reorganizou o ensino normal e o profissional; criou o Serviço de Psicologia Aplicada; transformou a Escola Normal da Praça em Instituto Pedagógico, onde foram ministrados os primeiros cursos de educação em nível superior e remodelou a revista “Educação”, passando a denominá-la Escola Nova (Monarcha; Lourenço Filho, 2001).

Também atuou como dirigente e colaborador do Instituto de Organização Racional do Trabalho (IDORT) cuja criação, em 1931, é apontada por Picheli (1997) como um projeto para manter a hegemonia por parte da burguesia industrial. No final do mesmo ano, transferiu-se para o Rio de Janeiro para chefiar o gabinete do então Ministro da Educação e Saúde, Francisco Campos.

Ele foi, ao lado de Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo e Cecília Meirelles, um dos signatários do “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”, que defendia reformas estruturais e pedagógicas com o objetivo de modernizar a educação brasileira, inspirando-se em conceitos progressistas. O movimento enfatizava a importância da educação pública, gratuita e laica, com foco no desenvolvimento integral do indivíduo, compreendido agora como protagonista do processo de aprendizagem. Nesse contexto, o professor assumia a função de mediador, orientando e facilitando o ensino.

O ano de publicação do manifesto, 1932, coincide com a posse de Lourenço Filho como diretor do Instituto de Educação do Distrito Federal, cargo que ocupou até 1937, conforme descrito por Monarcha e Lourenço Filho (2001). Cumulativamente à função de diretor do instituto, foi presidente da Associação Brasileira de Educação, diretor e professor de Psicologia Educacional na Escola de Educação da Universidade do Distrito Federal e membro do Conselho Nacional de Educação até 1961.

Manteve intensa atuação acadêmica nesse período, participando de conferências e congressos, além de ter publicado numerosos artigos e obras como os “Testes ABC”, em 1933 (Monarcha; Lourenço Filho, 2001).

Os testes, que serão detalhados mais à frente, buscavam identificar de forma rápida, eficiente e econômica a maturidade de uma criança para iniciar o aprendizado da leitura e da escrita, além de estimar o tempo e os meios necessários para esse processo educativo e ganharam reconhecimento internacional ao serem traduzidos para o castelhano, francês e inglês.

Saviani (2019) observa que, enquanto diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP) entre 1938 e 1945, Lourenço Filho empreendeu ações para organização das informações da educação nacional, fornecendo dados, análises e propostas sobre a educação brasileira, que embasaram as decisões da política educacional e o planejamento e implementação das reformas.

Estruturou e promoveu cursos para formação de professores e técnicos com os temas Administração Escolar, Orientação Didática, Serviços de Inspeção, Estatística Aplicada à Educação, Psicologia Educacional, Testes e Medidas Escolares (Lopes, 2023).

Ainda à frente da direção do INEP, atuou ao lado de Roberto Mange como consultor na elaboração das reformas lideradas pelo então Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, entre 1942 e 1943, das quais, segundo Saviani (2019), resultaram a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e as leis orgânicas do ensino secundário, industrial e comercial.

No levantamento biobibliográfico empreendido por Monarcha e Lourenço Filho (2001), dentre sua vasta

e extensa atuação, se destacam ainda: a elaboração de uma série de doze livros infantis, sob o nome geral: “Histórias do Tio Damião”, entre 1942 e 1951; a fundação, em 1944, da Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos e a participação como um dos membros fundadores da Fundação Getúlio Vargas no mesmo ano.

Mesmo tendo ocupado cargos de alta gestão ao longo da carreira, após deixar a direção do INEP, reafirma seu compromisso com o magistério ao retornar à sala de aula em 1946, voltando a ocupar a cadeira de Psicologia Educacional na agora Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil – antiga Universidade do Distrito Federal. Contudo, seu retorno à docência foi breve. A convite do ministro Clemente Mariani, em 1947, assumiu pela segunda vez o cargo de diretor do Departamento Nacional da Educação, quando organizou e dirigiu a Campanha Nacional de Educação de Adultos, primeira iniciativa do governo federal para educação popular. Lourenço Filho também presidiu a Comissão Nacional incumbida de elaborar o anteprojeto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em 1948 (Monarcha; Lourenço Filho, 2001).

Pela relevância de suas contribuições e seu reconhecimento como referência na área da Psicologia, foi eleito, em 1949, presidente da recém fundada Associação Brasileira de Psicotécnica, depois denominada Associação Brasileira de Psicologia Aplicada. Nesse período, sua produção acadêmica na área da Psicologia se intensifica com a publicação de obras e estudos no campo da psicologia, dentre os quais se destaca o verbete da seção “A Psicologia” para a Enciclopédia Delta-Larousse a ser editada em 1956 (Monarcha; Lourenço Filho, 2001).

A partir de 1950, suas ideias e contribuições extrapolam de forma mais expressiva as fronteiras nacionais. Entre 1950 e 1956, participou de seminários e conferências na França e Itália, a convite da Unesco e no Uruguai; foi indicado para presidir a Comissão Nacional Executiva do Centro de Formação de Pessoal para Educação Fundamental da América Latina, no México onde também representou o Brasil no Conselho Cultural Interamericano; realizou conferências na Georgetown University, em Washington; foi eleito membro da American Educational Research Association, da Adult Education Association of the United States e da American Statistical Association; recebeu o título de Professor Honorário da Universidad Mayor de São Marcos no Peru; sua monografia “Les programmes de l’enseignement primaire en Amérique Latine” foi traduzida e publicada pela Unesco em Inglês, Francês e Espanhol; colaborou com um capítulo para o livro “Organización escolar”, editado no México além da publicação, pelo Ministério da Educação da Síria, de sua obra “Formação dos mestres rurais” (Monarcha; Lourenço Filho, 2001).

No Brasil, outros cargos de gestão integram sua extensa trajetória, como indicam Monarcha e Lourenço Filho (2001): foi eleito presidente, em 1952, do Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura (IBCEC), órgão brasileiro da Unesco e diretor, a partir de 1957, da revista “Arquivos Brasileiros de Psicotécnica”, editada pela FGV, depois denominada “Arquivos Brasileiros de Psicologia Aplicada”.

Em 1957, publica uma nova cartilha para o ensino da leitura e escrita a crianças na fase inicial de alfabetização com o título “Upa, cavalinho!”. Sganderla e Carvalho (2008) revelam que a obra encerrava a série Pedrinho, composta por cinco livros de leitura graduada, e mais dois guias destinados a professores com a descrição das lições a serem trabalhadas nos livros dos alunos.

De acordo com a cronologia delineada por Monarcha e Lourenço Filho (2001), nesse mesmo ano deixa as atividades do magistério e administração escolar e o governo federal inaugura a Ordem Nacional do Mérito Educacional com seu nome. Recebeu os títulos de Professor Emérito pela Faculdade Nacional de Filosofia, em 1957, e pela Universidade do Brasil, em 1958. Em 1959, a Associação Brasileira de Educação, da qual foi presidente e membro honorário, publica um livro jubilar. Foi agraciado com o Prêmio Ciência da Educação, da Fundação Moinho Santista pelo conjunto de sua obra, em 1963.

Manteve-se atuante após a aposentadoria dos cargos públicos, dedicando-se a escrever numerosos trabalhos. Além de artigos, revisões, prefácios, relatórios, traduções e livros inéditos, como “Organização e Administração Escolar”, reestruturou o livro “Introdução ao estudo da Escola Nova” em 1961, e revisou e ampliou algumas de suas obras, incluindo as novas edições do livro “Testes ABC”, de 1962 a 1969, e a segunda edição da seção “A Psicologia” da Enciclopédia Delta-Larousse (Monarcha; Lourenço Filho, 2001).

Lourenço Filho faleceu aos 73 anos de idade, no dia 3 de agosto de 1970, deixando um legado de vasta produção intelectual e contribuições significativas para a educação e a psicologia no Brasil.

ATUAÇÃO NO ESTADO NOVO

Alicerçado no escolanovismo, Lourenço Filho defendia o modelo educacional que transferia o protagonismo do professor para o aluno, respeitando suas características individuais e valorizando sua autonomia no processo de construção do conhecimento, promovendo assim, uma aprendizagem mais significativa. Ele também via a escola por uma lente técnica, buscando aplicar os conhecimentos da psicologia infantil na prática pedagógica.

Por outro lado, inspirado por Durkheim, passou a sustentar a ideia de que a nacionalização da educação era essencial para construir um estado homogêneo e coeso no Brasil. Esse posicionamento representava uma contradição entre seus ideais modernistas e renovadores e alinhava-se às propostas do regime autoritário, especialmente no contexto do nacionalismo exacerbado, cerne das campanhas contra o analfabetismo e promoção da escola como instrumento de ação social. Ele afirmava que a escola deveria integrar as diferenças regionais, promovendo uma “alma nacional” compartilhada (Kulesza, 2016).

Durante o período Getulista, Lourenço Filho consolidou sua posição como uma das figuras centrais na formulação da política educacional brasileira nos diferentes cargos que exerceu, influenciando a definição das diretrizes da educação e reforçando a ideia da escola como um espaço de formação cívica e moral.

Enquanto diretor do INEP, desempenhou um papel fundamental na produção de diagnósticos educacionais e na formulação de diretrizes para a expansão do ensino no país, sendo também consultor das reformas lideradas por Gustavo Capanema resultando, dentre outras medidas, na aprovação do Decreto-Lei nº 4.244 em 1942, denominado Lei Orgânica do Ensino Secundário.

O Decreto estabelecia a elevação da consciência patriótica nos adolescentes, a educação militar aos alunos do sexo masculino e a valorização de elementos culturais que reforçassem a identidade brasileira, enfatizando a necessidade de consolidar a unidade nacional e fortalecer os valores patrióticos. Isso se refletia, por exemplo, no Capítulo VII que determinava que o ensino secundário deveria proporcionar aos alunos, por meio da Educação Moral e Cívica, uma visão ampla da cultura nacional e prepará-los para o exercício da cidadania dentro dos ideais de brasilidade e dos elementos da moralidade como disciplina, dedicação aos ideais e consciência da responsabilidade (Brasil, 1942).

À época, além de coordenar todas as questões educacionais vinculadas ao Ministério da Educação e Saúde, cabia ao INEP atuar em colaboração com o Departamento Administrativo do Serviço Público, desenvolvendo estudos e implementando medidas voltadas à seleção, capacitação, especialização e readaptação dos servidores da administração pública federal (Monarcha; Lourenço Filho, 2001). A ênfase na formação e especialização do funcionalismo público revela um aspecto menos debatido de sua atuação: a tentativa de estruturar um sistema educacional que atendesse não apenas à formação básica da população, mas também às necessidades do Estado em termos de qualificação profissional, reforçando a visão da educação como instrumento de racionalização da administração pública, alinhada ao ideal tecnocrático do Estado Novo.

Entre os anos de 1938 e 1940, Lourenço Filho pronunciou quatro conferências sobre a organização e racionalização da educação. Na terceira delas, proferiu o discurso “Educação e segurança nacional” na Escola do Estado Maior do Exército. Na ocasião, argumenta que a educação, especialmente o ensino primário, desempenha um papel crucial na construção de um sentimento nacionalista e na preparação dos cidadãos para a defesa da pátria e segurança nacional e menciona que as forças armadas e os educadores “hão de compor as falanges de um só e mesmo exército” (Lourenço Filho, 2002). Para ele, a escola deveria inculcar valores como ordem, segurança e disciplina, focando, antes de tudo, na promoção da unidade nacional e do patriotismo, reforçando o caráter centralizador do governo. Ele assim se pronuncia:

A educação primária deve ter como fito capital “homogeneizar” a população, dando a cada nova geração o instrumento do idioma, os rudimentos da geografia e da história pátria, os elementos da arte popular e do folclore, as bases da formação cívica e moral, a feição dos sentimentos e ideais coletivos, em que, afinal, o senso da unidade e o da comunhão nacional repousam (Lourenço Filho, 2002, p. 68).

Essa ênfase na segurança nacional e na disciplina, num contexto político delicado, com o Brasil vivendo sob um regime autoritário e a Segunda Guerra Mundial em curso, o associou, de certa forma, a um projeto de educação nacionalista e homogeneizador, que negligenciava a diversidade cultural e as liberdades individuais, gerando debates sobre sua posição na história da educação no Brasil. Desse modo, apesar de suas contribuições significativas no campo educacional, enfrentou críticas por sua colaboração com o Estado Novo e pelo caráter de algumas de suas propostas educacionais que refletiam o ideário nacionalista do regime de Vargas.

O próprio Fernando de Azevedo expressou certo ressentimento em uma correspondência dirigida a Frota Pessoa, quando Lourenço Filho aceitou o cargo de chefe de gabinete de Francisco Campos no Ministério da Educação e Saúde Pública, em 1931. Para Azevedo, essa escolha representava, talvez, o abandono da luta pela renovação educacional que haviam iniciado juntos. Campos foi o responsável pelo retorno do ensino religioso facultativo nas escolas públicas, instituído pelo Decreto nº 19.941 de 1931.

Contudo, em 1958, ao escrever sobre Lourenço Filho, Fernando de Azevedo discorre sobre sua postura durante o regime autoritário, enfatizando que ele conseguiu se adaptar ao contexto político para continuar trabalhando em prol da educação:

Não sendo um revolucionário, mas um técnico altamente especializado em educação, não sacrificou à Revolução de 30 nem a sua sinceridade, nem suas ideias nem sua prudência, para não ver naufragadas as suas esperanças, nessa maré montante de paixões desenfreadas, de ignorâncias em atividade e de interesses contraditórios que a revolução desencadeou (Azevedo, 1958, p. 24).

Kulesza (2016) também interpreta que, ao se integrar à esfera estatal, Lourenço Filho buscava uma forma estratégica de viabilizar a implementação de suas ideias educacionais.

Nessa perspectiva, Sganderla e Carvalho (2008) defendem que a política era concebida por ele, como uma prática técnica, embasada em princípios científicos que orientavam a administração do Estado.

Não obstante, essas divergências entre seu ideário sobre educação e seu alinhamento com o discurso nacionalista do regime autoritário vigente, é inegável o pragmatismo de Lourenço Filho na introdução de muitos princípios da nova pedagogia no sistema educacional brasileiro.

Pode-se aferir que ele soube transitar habilmente entre a realidade política de seu tempo e os princípios que norteavam sua concepção educacional, “procurando evitar os obstáculos num campo permeado de conflitos mesmo entre a chamada ‘trindade cardinalícia’ do movimento escolanovista constituída por ele, Fernando de Azevedo e Anísio Teixeira” (Kulesza, 2016).

CONTRIBUIÇÕES COMO PSICÓLOGO EXPERIMENTAL E CRIAÇÃO DOS TESTES ABC

Lourenço Filho teve um papel fundamental na consolidação da psicologia aplicada no Brasil, especialmente no campo da psicometria e da educação. Ele era um defensor da aplicação de princípios psicológicos na pedagogia, promovendo uma educação mais científica e adaptada às necessidades dos estudantes e acreditava que entender os aspectos psicológicos dos alunos, consistia-se numa ferramenta fundamental para a criação de métodos mais eficientes de ensino, melhorando o processo de aprendizagem.

Assim, como relatam Sganderla e Carvalho (2008), enquanto conduzia a reforma no Ceará, realizava estudos sobre psicologia experimental no laboratório da Escola Normal de Fortaleza. No retorno a São Paulo, em 1925, mesmo atuando na regência, reativou o Laboratório de Psicologia Experimental da Escola Normal da Praça. Ali, sob sua supervisão, eram desenvolvidos métodos e aplicados testes para avaliar o desenvolvimento mental e investigar a maturidade necessária à aprendizagem da leitura e da escrita pelos alunos.

Esse interesse pela psicologia o levou a entrar em contato com ideias de autores europeus, cujas obras traduziu: “Psicologia Experimental”, de Henri Piéron; “A Escola e a Psicologia Experimental”, de Edouard Claparède, e “Testes para a medida do desenvolvimento da inteligência nas crianças”, de Alfred Binet e Théodore Simon, que se tornou uma referência na avaliação de aptidões intelectuais no país (Saviani, 2019).

Ao traduzir esses trabalhos, Lourenço Filho não apenas difundiu conceitos inovadores de psicologia no Brasil, mas também demonstrou seu compromisso em conectar a prática pedagógica nacional às teorias científicas mais avançadas da época. Ele entendia que o uso da testagem psicológica transformava a educação em uma prática científica, caracterizada pela previsibilidade e pela ausência de influências subjetivas passando a ser compreendida de maneira muito mais precisa e imparcial (Cunha, 1995).

Sua atuação, contudo, transcendeu o campo das pesquisas em psicologia e a tradução de obras sobre o tema. Monarcha (2010) destaca que, entre 1934 e 1948, Lourenço Filho apresentou importantes trabalhos internacionais, a exemplo “A orientação profissional”, na Itália, e “La pensée de Ribot dans la psychologie sud-américaine”, na França. Ele também ministrou cursos sobre “Psicologia das relações humanas no trabalho” e publicou estudos sobre seleção profissional e orientação educacional.

A partir de 1948, a relevância de sua obra no campo da psicologia ganhou ainda mais expressão. Ele foi eleito membro da Société Française de Psychologie e presidiu a Associação Brasileira de Psicotécnica, que depois se tornou a Associação Brasileira de Psicologia Aplicada. Lourenço Filho também presidiu o I Seminário Latino-Americano de Psicotécnica e publicou diversos estudos em países como México, Argentina, França e Estados Unidos (Monarcha, 2010).

Além disso, escreveu importantes estudos historiográficos sobre psicologia e pedagogia como “A psicologia no Brasil”, “A psicologia no Brasil nos últimos 25 anos”, “Objeto e conteúdo da Psicologia Organizacional”, “Programas de Psicologia Educacional”, “Estudos e avaliação dos níveis de maturação”, “Apontamentos sobre maturidade e exercício”, “A pedagogia de Rui Barbosa” e “Psicologia educacional: histórico e situação atual” (Monarcha; Lourenço Filho, 2001).

Ao encaminhar ao ministro da Educação um memorial e um anteprojeto de lei sobre a formação de psicólogos e a regulamentação da profissão, em 1953, demonstra seu compromisso com o desenvolvimento da ciência psicológica.

Conforme aponta Monarcha (2010), Lourenço Filho também conduziu uma ambiciosa investigação sobre o nível mental da população brasileira e avançou em estudos sobre maturação e aquisição da leitura e escrita, motivação e estimulação da aprendizagem.

A compreensão da inteligência e de sua mensuração passou por transformações significativas ao longo do tempo, especialmente com as perspectivas que emergiam nessa época, inaugurando uma nova forma de entendimento das capacidades mentais, deslocando a visão fragmentada para uma concepção integrada e funcional. Essa mudança de perspectiva, impulsionada por novas metodologias de avaliação, trouxe implicações significativas para a psicologia e a educação, como ilustrado no trecho a seguir:

A “escala métrica da inteligência” se tornou imediatamente um instrumento universal de medição do desenvolvimento mental. Vários psicólogos, de diversos países, aferiram-na para aplicação no seu meio. Possivelmente, logo deixará de ser empregada na sua forma original, porque novas revisões e novas escalas sobrepujaram-na em vantagens. Permanecerá, todavia, como o marco da nova conceituação de inteligência, não mais tida como um complexo de funções, mas como um todo global, cujo papel capital é ajustar o indivíduo às situações estimuladoras. Antes de Binet, a mensuração da inteligência era feita analiticamente. Depois dele, mede-se a inteligência dando-lhe tarefas que apelam para o exercício de todos os seus elementos, tal como sempre se manifestam em um complexo uno e total. (Rudolfer, 1938, p. 269, *apud* Monarcha, 2001, p. 14).

Monarcha (2001) esclarece que, em sua atividade experimental, Lourenço Filho buscava a objetividade científica para consolidar a psicologia aplicada à educação como um campo de conhecimento independente. Ele almejava, seguindo os princípios da psicologia objetiva, estabelecer uma área autônoma do saber, com vocabulário próprio, métodos de pesquisa específicos e reconhecimento acadêmico.

Ainda, segundo esse autor, na passagem da década de 1920 para 1930, o fortalecimento do chamado “movimento dos testes” impulsionou a institucionalização da psicologia aplicada e sua inserção na cultura escolar, levando ao reconhecimento intelectual da psicologia

objetiva e à sua aplicação na educação e no trabalho. Psicólogos de renome como Henri Piéron propagavam a psicologia objetiva mediante entrevistas e conferências no estado de São Paulo, conferindo-lhe maior visibilidade e pavimentando as bases para a organização científica de outra área: a pedagogia (Monarcha, 2001).

No contexto das discussões sobre o ensino da leitura e da escrita, os estudos de Lourenço Filho sobre testagem psicológica ganharam concretude com a produção e apresentação, em 1928, dos “Testes ABC para a verificação da maturidade necessária à aprendizagem da leitura e da escrita” para um público de educadores. Em 1933, lançou o livro de mesmo nome, parte da coleção “Bibliotheca da Educação”, onde, além de discorrer sobre seus fundamentos, formas de aplicação, técnicas e aferição de resultados, apresentava o guia de exames e as comparações dos índices de aprovação nas escolas antes e depois de sua aplicação.

Os testes, de ampla repercussão no Brasil e no exterior, tinham o objetivo de avaliar a maturidade das crianças em relação à aprendizagem da leitura e da escrita. Por meio de atividades propostas, buscava-se classificar as aptidões individuais necessárias a esse aprendizado, integrando conceitos como diferenças individuais, rendimento escolar e organização mais eficiente das classes.

As 12 primeiras edições do livro somam 62 mil exemplares. Lourenço Filho prefaciou a 11ª edição da obra, cujo texto foi mantido nas edições subsequentes, incluindo a 13ª, publicada em 2008. Nesse prefácio, argumentou que a classificação dos estudantes em grupos, conforme a maturidade e necessidades de aprendizagem, auxiliava na organização de turmas e no planejamento pedagógico. O método proporcionava, segundo ele, um diagnóstico e prognóstico individualizados, identificando alunos que requeriam atenção especial, inclusive aqueles com dificuldades emocionais. Em suma, os testes visavam a otimizar o ensino, tornando-o mais eficiente e personalizado (Lourenço Filho, 2008).

Na introdução do livro, critica a visão limitada da educação primária brasileira, que se concentra apenas no ensino rudimentar da leitura e da escrita, ignorando sua função socializadora. Nesse sentido, enfatiza que alfabetização, por si só, não é sinônimo de educação. O autor defende uma abordagem mais ampla do ensino, que prepare os alunos para os desafios da vida e questione a eficácia do foco exclusivo no abecedário. Para ele, a educação, em seu sentido mais amplo, deve ser compreendida como a adaptação do indivíduo ao seu tempo e meio, orientando as novas gerações para os desafios contemporâneos. Isso inclui desde a promoção da saúde e o estímulo à produção econômica até a melhoria das instituições sociais e o equilíbrio da vida coletiva. Nesse contexto, o aprendizado da leitura e escrita se torna apenas um instrumento dentro de um conjunto mais amplo de técnicas adaptativas, e não a finalidade última da educação.

Cabe aqui uma breve digressão para destacar que a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos organizada por ele ia além da alfabetização, promovendo

a difusão de conhecimentos sobre higiene, civismo e organização no trabalho por meios de recursos didáticos como filmes educativos, missões culturais e visitas a centros de iniciação profissional, reafirmando sua proposta de uma escola como espaço de socialização, voltado para a formação integral do cidadão.

Na sequência da introdução, expõe ainda que o método de ensino tradicional ignora a individualidade das crianças, tratando-as como “alunos-médio” e forçando-as a seguir um currículo rígido e padronizado. Ele argumenta que esse sistema falha porque não considera as diferenças individuais dos alunos, comparando o processo a uma máquina que não funciona adequadamente se a matéria-prima (crianças) for heterogênea. A proposta é, portanto, priorizar o estudo das características individuais dos alunos antes de aplicar métodos de ensino, buscando uma abordagem mais personalizada e eficaz.

Em seguida, cita estudos realizados com classes selecionadas por idade cronológica ou QI que mostraram resultados inconsistentes em relação ao progresso na leitura, indicando que há um conjunto de fatores, além da inteligência geral, que influenciam o aprendizado.

A ênfase na eficiência materializada na aplicação dos Testes ABC para a formação de turmas homogêneas e, de certa forma, padronizadas, foi vista por alguns críticos como um mecanismo de exclusão e reforço das desigualdades sociais.

Já na perspectiva do autor, trata-se justamente do contrário: crianças com menor nível de maturidade para a leitura e escrita apresentam dificuldades de aprendizagem em salas mistas, gerando sentimentos de inferioridade e complexos emocionais.

De acordo com Sganderla e Carvalho (2008), Lourenço Filho afirmava que os “Testes ABC” não tinham o intuito de impedir o ingresso ou excluir as crianças, mas sim de propiciar à educação um instrumento capaz de selecionar, diagnosticar e redirecionar na própria instituição os alunos mais ou menos maduros para a alfabetização.

Antes da introdução dos “Testes ABC”, as escolas brasileiras agrupavam as crianças apenas por faixa etária e, para as séries seguintes, com base em critérios de desempenho. Para os estudantes que não acompanhavam o ritmo do primeiro ano escolar, eram criadas classes de aprendizagem lenta. No entanto, tais estratégias não permitiam identificar os problemas de aprendizagem antes do início do processo educacional. Os “Testes ABC” pretendiam diagnosticar e antecipar as dificuldades das crianças, evitando, assim, o fracasso escolar (Campos; Assis; Lourenço, 2002).

Os Testes ABC ganharam vulto no Brasil e logo passaram a ser empregados em todos os países da América Latina, além de França e Estados Unidos.

As pesquisas empreendidas para a formulação dos *Testes ABC*, serviram de base teórica para a “Cartilha do Povo”, destacando-se como um marco no desenvolvimento de materiais pedagógicos voltados para a educação básica no Brasil.

Lourenço Filho, embora não tenha sido o único educador a propor o uso de testes psicológicos na

educação, destacou-se pela aplicação sistemática e abrangente dessa metodologia. Durante sua gestão como diretor da Instrução Pública de São Paulo, em 1931, ele incumbiu o Serviço de Psicologia Aplicada de aplicar os testes em 15.605 alunos de 54 escolas públicas na capital. Os dados obtidos permitiram a criação de 453 classes seletivas e possibilitaram a padronização do teste (Nunes, 1998).

Essa iniciativa representou, na época, a maior experiência de organização psicológica de classes escolares na América Latina.

Ao final do ano de 1931, foram coletados os dados de promoção e retenção de 50 escolas a fim de computar a possível diferença entre o rendimento das classes nos três anos anteriores com os rendimentos no primeiro ano de aplicação dos testes e classificação de turmas. A pesquisa concluiu que, em nenhum grupo escolar, a taxa foi inferior ou sequer igual à taxa dos três anos anteriores. Houve um aumento de mais de 25% de aprovações em 12 escolas; mais de 20% em 8 escolas; superior a 15% em 12 e maior que 5% em 7 grupos escolares. Apenas em 9 grupos o aumento representou menos de 5%. Em duas escolas não havia dados de 1928 e 1929 (Lourenço Filho, 2008).

Os Testes ABC foram desenvolvidos para aplicação rápida, em larga escala e com baixo custo. Constituíam-se em oito provas que mediam atributos como coordenação visomotora, memória imediata, memória motora, memória auditiva, memória lógica, prolação, coordenação motora e mínimo de atenção e fadigabilidade. Como outras ferramentas da época, avaliavam, precocemente, a maturidade e as aptidões específicas das crianças, visando a um prognóstico da aquisição da leitura e escrita e serviam de embasamento para a categorização e constituição de classes homogêneas, agrupando alunos com velocidade de aprendizagem similar, pretendendo alcançar maior eficiência no ensino. Amplamente difundido, tornou-se política pública e referência na formação de professores.

Tanto nos “Testes ABC” quanto nas cartilhas didáticas desenvolvidas por Lourenço Filho, é evidente seu projeto de alfabetização, que enfatizava dois aspectos centrais: a maturidade da criança como fator determinante para o ensino da leitura e da escrita, e a aplicação de conhecimentos psicológicos como embasamento teórico para o processo educacional (Sganderla; Carvalho, 2008).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Lourenço Filho desempenhou um papel crucial na modernização da educação brasileira atuando na promoção de uma abordagem científica da psicologia, utilizando essa ciência como ferramenta para a compreensão do processo de aprendizagem e pautando a discussão sobre temas como a maturidade escolar e as diferenças individuais. Sua trajetória foi marcada por uma incessante busca por métodos mais eficazes para aprimorar o ensino e a aprendizagem.

Sua obra constituiu um marco na organização e institucionalização da psicologia aplicada à educação no

Brasil e seu trabalho, teórico e experimental, por meio das pesquisas e reformas que empreendeu, influenciou profundamente o cenário educacional de sua época e das décadas seguintes.

Embora tenha defendido propostas nacionalistas e, em certa medida, homogeneizadoras durante a era Vargas, também lutou por uma educação mais inclusiva e acessível e deixou um legado duradouro na formação de estudantes e professores, no estímulo ao debate sobre os métodos de ensino e avaliação e na estruturação do sistema educacional brasileiro.

REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, Fernando. Diálogo de uma vida com a educação. **Revista brasileira de estudos pedagógicos**, Rio de Janeiro, v. XXIX, n. 69, p. 19-30, jan./março 1958. Disponível em: <https://rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/rbep/issue/view/458/95>. Acesso em: 20 jan. 2025.
- BRASIL. **Decreto-Lei nº 4.244**, de 9 de abril de 1942. Lei orgânica do ensino secundário. Disponível em: https://planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/del4244.htm. Acesso em: 11 mar. 2025.
- CAMPOS, Regina Helena de Freitas; ASSIS, Raquel Martins; LOURENÇO, Érika. Lourenço Filho, a Escola Nova e a Psicologia. In: Lourenço Filho, Manoel Bergström. **Introdução ao estudo da Escola Nova: bases, sistemas e diretrizes da pedagogia contemporânea**. 12. ed. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2002. p. 15-53.
- CUNHA, Marcus Vinícius da. **A educação dos educadores**: da Escola Nova a escola de hoje. Campinas, SP: Mercado das Letras, 1995.
- KULESZA, Wojciech Andrzej. Lourenço Filho e a nacionalização do ensino primário (1917-1945). **Inter-Ação**, Goiânia, v. 41, n. 1, p. 1-22, jan./abr. 2016. DOI: <https://doi.org/10.5216/ia.v41i1.38969>. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/interacao/article/view/38969>. Acesso em: 25 out. 2024.
- LOPES, Natalina Francisca Mezzari. O ideário Escolanovista e a organização da escola: um olhar sobre o legado de Lourenço Filho. **Humanidades e Tecnologias**, Paracatu, MG, v. 44, p. 183-198, out. / dez. 2023. Disponível em: https://revistas.icesp.br/index.php/FINOM_Humanidade_Tecnologia/article/viewFile/4764/2515. Acesso em: 10 dez. 2024.
- LOURENÇO FILHO, Manoel Bergström. **Tendências da educação brasileira**. Organização de Ruy Lourenço Filho e Carlos Monarcha. 2. ed. Brasília, DF: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2002. (Coleção Lourenço Filho; 6). Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/diversas/historia_da_educacao/tendencias_da_educacao_brasileira.pdf. Acesso em: 18 jan. 2025.
- LOURENÇO FILHO, Manoel Bergström. **Testes ABC**: para a verificação da maturidade necessária à aprendizagem da leitura e da escrita. 13. ed. Brasília, DF: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2008. (Coleção Lourenço Filho; 9). Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/diversas/historia_da_educacao/testes_abc_para_a_verificacao_da_maturidade_necessaria_a_aprendizagem_da_leitura_e_da_escrita.pdf. Acesso em: 18 dez. 2024.
- MICELI, Sérgio. **Intelectuais e classe dirigente no Brasil**. São Paulo: DIFEL, 1979.
- MONARCHA, Carlos. **Lourenço Filho**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco: Editora Massangana, 2010. Disponível em: https://dominiopublico.mec.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?co_obra=205209. Acesso em: 26 out. 2024.
- MONARCHA, Carlos; LOURENÇO FILHO, Ruy (org.). **Por Lourenço Filho**: uma biobibliografia. Brasília, DF: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 2001. (Coleção Lourenço Filho). Disponível em: https://dominiopublico.mec.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?co_obra=5682. Acesso em: 4 nov. 2024.
- MORAIS, Isabela Cristina Santos; STAMATTO, Maria Inês Sucupira; OLIVEIRA, Iranilson Buriti. Contribuições de Anísio Teixeira e Lourenço Filho para a educação brasileira: artigos publicados na RBEP (1944-1963). **Revista Tópicos Educacionais**, Recife, v. 27, n. 2, p. 75-97, 2021. DOI: <https://doi.org/10.7440/res64.2018.03>. Disponível em: <https://redalyc.org/journal/6727/672771061005/html/>. Acesso em: 5 dez. 2024.
- NUNES, Clarice. Historiografia comparada da escola nova: algumas questões. **Revista da Faculdade de Educação**, São Paulo, v. 24, n.1, p. 105-125, jan. 1998. Disponível em: <https://revistas.usp.br/rfe/article/view/59617/62714>. Acesso em: 4 dez. 2024.
- PICHELI, Valdir. **O IDORT enquanto proposta educacional no contexto de formação da hegemonia burguesa no Brasil (1930-1944)**. 1997. 143 f. Dissertação (Mestrado em Educação) -- UNICAMP, Campinas, 1997. DOI: <https://doi.org/10.47749/T/UNICAMP.1997.121176>. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/121176>. Acesso em: 3 jan. 2025.
- PORTO PORTAL. Porto Ferreira, nossa história, nossa gente. **Manoel Lourenço Jr**. Porto Ferreira, SP: Porto Portal, 2011. Disponível em: <http://portoportal.com.br/materias/0016.htm>. Acesso em: 20 dez. 2024.
- SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 5. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2019.

SGANDERLA, Ana Paola; CARVALHO, Diana Carvalho de. Lourenço Filho: um pioneiro da relação entre psicologia e educação no Brasil. **Psicologia da Educação**, São Paulo, n. 26, p. 173-190, 2008. Disponível em: <https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1414-69752008000100010>. Acesso em: 2 nov. 2024.